

**Working
Paper**

554

Novembro de 2021



**SAO PAULO SCHOOL
OF ECONOMICS**

**Brevíssima história da teoria do desenvolvimento.
De Schumpeter e Prebisch ao novo
desenvolvimentismo**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV N°19

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV EESP
www.fgv.br/eesp

Brevíssima história da teoria do desenvolvimento. De Schumpeter e Prebisch ao novo desenvolvimentismo

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, outubro de 2021. Última revisão, 15.11.21.

Abstract: Classical developmentalism was a heterodox economics that showed countries require a moderate intervention of the state in the economy to industrialize and catch up. Growth depends on investments and on a satisfying expected rate of profit, which import tariffs legitimized by the infant industry argument assure. Latin-American countries adopted this industrial policy from the 1950s and experienced high growth rates. But the infant argument loses validity with time. In the 1980s, under the pressure of the North, Latin American countries adopted the neoliberal reforms, and are quasi-stagnant since then. New developmentalism emerged in the 2000s, made the critique of conventional economics, proposed a new growth strategy focused on a competitive exchange rate, and legitimized the use of import tariffs with the Dutch disease argument.

Key words: Classical developmentalism, infant industry, new developmentalism, exchange rate, Dutch disease.

Resumo: O desenvolvimentismo clássico foi uma teoria econômica heterodoxa que mostrou que os países precisam de intervenção moderada do Estado na economia para se industrializar. O crescimento depende de investimentos e de uma taxa de lucro esperada satisfatória, garantida pelas tarifas de importação legitimadas pelo argumento da indústria nascente. Os países latino-americanos adotaram essa política industrial a partir da década de 1950 e tiveram altas taxas de crescimento. Mas o argumento da indústria nascente perde validade com o tempo. Na década de 1980, sob a pressão do Norte, os países latino-americanos adotaram as reformas neoliberais e estão quase estagnados desde então. O novo desenvolvimentismo surgiu nos anos 2000, fez a crítica da economia convencional, propôs uma nova estratégia de crescimento focada em uma taxa de câmbio competitiva, e legitimou o uso de tarifas de importação com o argumento da doença holandesa.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo clássico, indústria nascente, novo desenvolvimentismo, taxa de câmbio, doença holandesa

JEL Classification:

Os economistas mercantilistas nos séculos XVII e XVIII,¹ Friedrich List (1789-1846) no século XIX, precursor da escola histórica alemã, no século XIX, e Joseph Schumpeter no século XX foram os fundadores a teoria econômica do desenvolvimento (*development economics*). Os primeiros foram anteriores às escolas clássica e neoclássica (que passarei a chamar teoria

Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas e editor do Brazilian Journal of Political Economy. bresserpereira@gmail.com, www.bresserpereira.org.br. Pelos comentários, agradeço Mauro Boianovsky, Tiago Porto.

**Working
Paper**

554

Novembro de 2021



**SAO PAULO SCHOOL
OF ECONOMICS**

**Brevíssima história da teoria do desenvolvimento.
De Schumpeter e Prebisch ao novo
desenvolvimentismo**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV Nº19

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV EESP
www.fgv.br/eesp

econômica convencional). Schumpeter (1883-1950), partiu da crítica dessa teoria que tem no seu coração o modelo do equilíbrio geral. Ele mostrou em seu livro de 1911 que essa teoria é incapaz de explicar os lucros e o desenvolvimento econômico, porque ela supõe uma economia competitiva, um fluxo circular de mercadorias, dinheiro e fatores de produção no qual o lucro é o “lucro normal” praticamente igual à taxa de juros, incapaz de levar as empresas a investir. E explicou os lucros e o desenvolvimento como sendo resultado de um processo de “inovação” conduzido pelos empresários – inovação entendida como o estabelecimento de uma vantagem monopolista que aumenta a taxa de lucro esperada e garante o investimento e o desenvolvimento econômico. Com as inovações as empresas criam para si próprias demanda e a expectativa de lucro que as leva a investir.

Em 1936, em plena depressão, John Maynard Keynes publicou a *Teoria Geral* que representou uma revolução na história do pensamento econômico. No primeiro capítulo deste livro Keynes criticou a “lei de Say” – a tese que a oferta cria sua própria procura – que também está no coração de teoria econômica convencional e exclui a possibilidade de crises econômicas. Keynes argumentou que as crises econômicas são consequência de uma insuficiência crônica de demanda que torna a taxa de lucro esperada insatisfatória. Deu, assim, uma importância decisiva à taxa de lucro esperada – uma taxa que deve ser suficiente maior que a taxa de juros para motivar as empresas a investir, incorporar progresso técnico nesse investimento, e a economia crescer. Surgiu, assim, uma teoria do desenvolvimento do lado da demanda. E somando Keynes a Schumpeter, podíamos entender que o desenvolvimento econômico é um processo dialético de relações entre a oferta e a demanda. A teoria do desenvolvimento econômico nasceu, portanto, heterodoxa, porque nasceu da crítica de Schumpeter e Keynes à teoria econômica convencional. Estritamente, nasceu em 1911, mas apenas depois da revolução keynesiana, durante a Segunda Guerra Mundial, temos o surgimento de um conjunto de economistas voltados para os países em desenvolvimento. Era o desenvolvimentismo clássico que estava sendo construído com base no método histórico. Uso essa expressão porque *development economics* é uma expressão muito ampla que inclui modelos abstratos usando complexos silogismos matemáticos, e modelos novo-institucionalistas que tentaram dar à teoria econômica convencional uma perspectiva histórica. Neste trabalho não discutirei essa abordagem.

A primeira geração

Durante a Segunda Guerra Mundial, surgiu o desenvolvimentismo clássico – um pensamento que tem origem em Marx, Schumpeter, e Keynes, mas está voltada para os países que naquele momento não haviam ainda realizado sua revolução nacional e industrial, ou seja, sua revolução capitalista, devendo, para realizá-la, enfrentar a oposição do Norte – do liberalismo econômico. Da primeira geração de economistas desenvolvimentistas clássicos fizeram parte Gunnar Myrdal (1898-1987), Michal Kalecki (1899-1970), Raúl Prebisch (1901-1986), Simon Kuznets (1901-1085), Paul Rosenstein-Rodan (1902-1985), Ragnar Nurkse (1907-1959), Hans W. Singer (1910-2006), Arthur

Lewis (1915-1991), e Albert Hirschman (1915-2012). Rosenstein-Rodan e Hirschman argumentaram que os países da periferia não se industrializavam por não contarem com as externalidades positivas existentes nos países industriais.² Prebisch e Singer criticaram a teoria econômica convencional e argumentaram que o desenvolvimento econômico implica industrialização ou mudança estrutural;³ Kaldor acompanhou essa ideia que associou os retornos crescentes de escala e as aplicou ao Reino Unido;⁴ Nurkse defendeu que o capital se faz em casa;⁵ Lewis explicou como a industrialização estava ocorrendo através da transferência da mão-de-obra do setor tradicional da economia para o setor industrial.⁶ Esses economistas foram heterodoxos porque rejeitaram o coração da teoria econômica convencional – o modelo do equilíbrio geral – e a lei das vantagens comparativas do comércio internacional. Mas nos anos 1950 e 1960 não se falava em ortodoxia e heterodoxia, porque os economistas keynesianos e desenvolvimentistas eram parte do mainstream econômico e seus trabalhos eram publicados nas principais revistas de teoria econômica. Essa distinção se tornou necessária quando, em torno de 1980, a teoria econômica convencional ocupou com exclusividade a condição de mainstream, seus economistas se tornaram arrogantes, os departamentos de economia das grandes universidades deixaram de contratar economistas desenvolvimentistas e as principais revistas passaram a rejeitar artigos heterodoxos.

Raúl Prebisch, que a partir de 1949, dirigiu a CEPAL, foi o fundador do desenvolvimentismo clássico ou estruturalismo latino-americano. Ele partiu de Keynes e, portanto, da demanda, para formular seu modelo centro-periferia – para demonstrar que, sem prejuízo das políticas de longo prazo do lado da oferta e de política macroeconômica keynesiana, a demanda para as empresas industriais podia ser garantida com o uso de tarifas de importação e, portanto, o modelo de substituição de importações. Tarifas que entendeu serem legítimas a partir do argumento clássico da *indústria infante* que havia sido originalmente proposto por Alexander Hamilton, em 1792, e depois por Friedrich List, em 1844. As contribuições ao desenvolvimentismo clássico do estruturalismo latino-americano foram (1) a crítica da ortodoxia neoclássica que rejeitava a necessidade de industrialização ou “mudança estrutural”, mostrando não ser verdade que os ganhos de produtividade realizados na indústria dos países centrais eram transferidos sob a forma de preços mais baixos para os países não industrializados; (2) a crítica da lei das vantagens comparativas do comércio internacional que não tinha validade no longo prazo; e (3) a definição da restrição externa. Devido à lei de Engel, a elasticidade-renda da importação de bens primários pelos países ricos é menor do que 1, e a elasticidade-renda das importações de bens manufaturados pelos países em desenvolvimento maior do que 1 – um problema que, novamente, só a industrialização podia resolver.

A política industrial baseada em tarifas de importação foi logo acusada pela ortodoxia neoclássica de “protecionista”, mas não havia protecionismo nas tarifas. Sendo a economia infante, as tarifas criavam condições iguais de competição às empresas industriais localizados no país. Mas através dos anos esse argumento foi perdendo validade. Prebisch considerou defender a

depreciação cambial em lugar de tarifas de importação, mas deve ter percebido que, quando ocorresse a depreciação para viabilizar a indústria, o lucro das empresas exportadoras de commodities aumentaria, capitais correriam para esse setor, e a taxa de câmbio voltaria a se apreciar. Provavelmente por isso optou, nos anos 1950, pelo modelo de substituição de importações.⁷

Segunda geração

Nos anos 1950, surge a *segunda geração* de economistas desenvolvimentistas clássicos. Entre eles estão Hollis B. Chenery (1918-1994), Anibal Pinto (1919-1996), Celso Furtado (1920-2004), Maria Conceição Tavares (1930), Bresser-Pereira (1934), Antônio Barros de Castro (1938-2011), Luiz Gonzaga Belluzzo (1942) e Lance Taylor (1940). Anibal Pinto analisou a heterogeneidade estrutural; Conceição Tavares, o esgotamento do modelo de substituição de importações e a dominação do capitalismo financeiro; Belluzzo contribuiu para a crítica da financeirização; Castro defendeu a política industrial baseada em tarifas e a política tecnológica; Bresser-Pereira contribuiu para o “novo modelo de desenvolvimento” baseado na concentração de renda da classe média para cima para garantir demanda para os bens de consumo de luxo, especialmente automóveis, que desde os anos 1950 estavam sendo produzidos na região.⁸ Chenery, que dirigiu a área econômica do Banco Mundial, usou o argumento da restrição externa para desenvolver com Michael Bruno, em 1962, o “modelo de dois hiatos” – uma defesa equivocada do crescimento com endividamento externo.⁹

O principal economista dessa geração foi Celso Furtado, que desenvolveu uma economia política do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Em uma linha próxima ao pensamento marxista, o desenvolvimento surge na história com o capitalismo industrial quando o excedente econômico passa a ser utilizado sistematicamente para a acumulação de capital ao invés de usar esse excedente na construção de templos, palácios, e no financiamento guerras. O subdesenvolvimento não é para ele uma etapa do desenvolvimento econômico, mas o resultado do desenvolvimento do Norte e de seu imperialismo – de sua política contra a industrialização da periferia. E Furtado defendeu o método histórico para o estudo do desenvolvimento econômico. A teoria econômica na periferia do capitalismo devia ser voltada para a realidade do subdesenvolvimento; a teoria econômica convencional e a ortodoxia liberal não se aplicavam a realidade dos países subdesenvolvidos.¹⁰

Os economistas pós-keynesianos de segunda geração entraram no debate em 1979 com Tony Thirlwall (1941) e a chamada “lei de Thirlwall” – a formalização da tese da restrição externa.¹¹ Com essa lei os pós-keynesianos supuseram passar a contar com um modelo de desenvolvimento econômico. A formalização era elegante e definia um limite para o crescimento dos países – o crescimento das exportações mundiais.¹² Mas não compreenderam que da restrição externa não era possível derivar uma lei de desenvolvimento econômico. Mais correto teria sido simplesmente reconhecer, como fizera Prebisch, que os países primário-exportadores enfrentavam uma desvantagem

competitiva que só poderia ser superada no longo prazo pela sua industrialização. No curto prazo, o limite de crescimento poderia ser ultrapassado pela adoção de uma política econômica que mantivesse a taxa de câmbio depreciada em relação àquela que equilibra a conta corrente do país – com um prejuízo relativo dos salários e dos rendimentos dos rentistas (juros, aluguéis e dividendos). Ao invés disso os economistas heterodoxos realizaram pesquisas que confirmaram uma restrição externa que era óbvia. E Thirlwall caminhou na mesma direção de Chenery. Viu no endividamento externo a “solução” para a restrição externa.¹³

Em 1990, dois economistas marxistas, Bhaduri e Marglin, publicaram um trabalho que também foi influente entre os economistas heterodoxos. Eles definiram duas estratégias de crescimento: uma estratégia *profit led*, a outra, *wage led*, mais atrativa do que a primeira porque torna o desenvolvimento econômico compatível com o aumento dos salários e diminuição da desigualdade. Há, porém, um problema nesse modelo. A estratégia *wage led* é viável se o aumento dos salários acima do aumento da produtividade que ela supõe não cause uma diminuição da taxa de lucro esperada – uma condição que só é atendida ou se os salários estiverem muito baixos e os lucros muito altos, havendo um “espaço” para aumentos de salário acima da produtividade, ou se o governo decidir voltar a uma política de tarifas de importação. Neste caso, as empresas perderiam competitividade pelo aumento dos salários, mas a recuperariam com as tarifas de importação. Se é isso que se quer, é preciso dizê-lo. Não tenho conhecimento que os economistas que usam esse modelo e defendem a estratégia *wage led* tenham escrito algo a respeito. Como veremos adiante, o novo desenvolvimentismo propõe o retorno à política industrial de tarifas de importação, mas não para compensar aumentos de salário acima da produtividade, mas com o argumento da neutralização da doença holandesa, mostrando que essa política anula uma grande desvantagem competitiva e iguala as condições de competição entre as empresas locais e as de outros países; não pode, portanto, ser acusada de protecionismo.

Nos anos 1980 surge um pensamento novo na , o pensamento de Fernando Fajnzylber (1940-1991), que paradoxalmente foi também instrumental no abandono do pensamento de Prebisch. Em 1983, ele publica o livro *La Industrialización Trunca de América Latina*, no qual ele faz críticas à industrialização que estava ocorrendo, afirmando que havia na região um “protecionismo frívolo”. Suas propostas implicavam o abandono do modelo de Prebisch e a volta à lógica schumpeteriana do desenvolvimento pelo lado da oferta.¹⁴ Conforme assinalou Ricardo Bielschowsky, o principal historiador do pensamento da CEPAL, ocorreu “a fusão da visão estruturalista e da interpretação schumpeteriana”.¹⁵ O modelo da CEPAL passou a ser chamado “neoestruturalista”.

Anti-imperialismo e teoria da dependência

Enquanto, nos anos 1950, no plano da economia política, os economistas da CEPAL definiam o modelo centro-periferia, no Brasil, o grupo de intelectuais

nacionalistas do ISEB construíram o modelo nacional-desenvolvimentista.¹⁶ Os dois grupos defendiam a industrialização e eram anti-imperialistas. Partiram da tese que o centro imperial se opõe à industrialização da periferia. Para os países ricos do Norte interessa que os países do Sul sirvam de mercado para seus bens industriais sofisticados e para seus capitais; não interessa que se industrializem e se tornem seus competidores na produção e exportação de bens manufaturados. Prebisch não usava o termo “imperialismo”, que era incompatível com uma agência das Nações Unidas. A expressão centro-periferia resolvia bem o problema. Para os dois modelos, o país devia rejeitar a hegemonia ideológica do Norte e definir um projeto nacional de desenvolvimento.

O mais importante economista do ISEB foi Ignácio Rangel (1914-1994), o mais importante cientista político, Hélio Jaguaribe (1923-2018). Enquanto a contribuição da CEPAL foi principalmente econômica, a do ISEB, principalmente política. Celso Furtado, que trabalhou na CEPAL ao lado de Prebisch e fez conferências no ISEB, fez a ligação entre os dois grupos.¹⁷

Os dois modelos afirmavam que no plano político a industrialização da América Latina, que então ocorria, se devia à formação de coalizões de classe desenvolvimentistas das quais participavam os empresários industriais, a burocracia pública, e os trabalhadores urbanos. Ainda que esses pactos políticos fossem informais e instáveis, eles refletiam razoavelmente a realidade dos anos 1950. As políticas desenvolvimentistas foram adotadas com êxito na América Latina em vários momentos, quando a industrialização se acelerava, e contaram com o apoio dos intelectuais de esquerda. No Brasil, por exemplo, o Partido Comunista decidiu apoiá-la no seu Congresso de 1958. Mas a burguesia industrial na América Latina não teve a mesma firmeza nacionalista que existiu nos países asiáticos.

Nos anos 1960, depois da Revolução Cubana (1959) e no quadro da Guerra Fria, a América Latina viveu um processo de radicalização política. Sentindo-se ameaçados, os empresários industriais romperam seu acordo com a burocracia pública e os trabalhadores organizados, e se associaram às velhas elites exportadoras, às classes médias liberais e aos Estados Unidos. Ocorreram então os golpes militares no Brasil (1964), Argentina (1967) e Uruguai (1968) – golpes de direita que reprimiram violentamente os intelectuais de esquerda da região.

Como uma reação aos golpes militares, surgiu a “teoria da dependência” – uma tese equivocada que desfecharia um grave golpe tanto no modelo centro-periferia como no modelo nacional-desenvolvimentista. Esta teoria, originalmente marxista; foi formulada pelo economista alemão Andre Gunder Frank (1929-2005) no tempo do golpe militar de 1964, e refletiu a indignação da esquerda latino-americana.¹⁸ Essa teoria criticou o modelo centro-periferia da CEPAL e o modelo nacional-desenvolvimentista do ISEB, afirmou que os dois modelos eram inviáveis porque as burguesias na periferia do capitalismo seriam intrinsecamente dependentes – incapazes de comandar uma revolução nacional e industrial.

A tese era simplista e correspondia apenas parcialmente à realidade dos países em desenvolvimento e das burguesias latino-americanas, que são contraditórias e ambíguas; em alguns momentos, se associam ao Estado para promover o desenvolvimento econômico; em outros, quando se sentem ameaçadas pela esquerda, aderem ao liberalismo econômico imperial do centro. Essa tese foi atrativa para os intelectuais de esquerda que foram excluídos do processo político pelos golpes militares, no Brasil, em 1964, na Argentina, em 1967, e no Uruguai em 1968. Ressentidos pelos golpes e a exclusão, criticaram aqueles entre eles que haviam defendido o acordo político com os empresários, e embarcaram na teoria da dependência. Abandonaram, assim, o modelo centro-periferia e condenaram a América Latina à quase-estagnação. Formaram-se então duas correntes da teoria da dependência: a corrente marxista do próprio Frank e de Ruy Mauro Marini (1932-1997) e a corrente “associada” de Fernando Henrique Cardoso (1931) e Enzo Faletto (1935-2003). A primeira concluiu que dada a suposta dependência da burguesia, a solução era a revolução socialista – uma solução lógica, mas irrealista.¹⁹ Já a teoria da dependência associada criticou a posição anti-imperialista da CEPAL e do ISEB e o livro *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, publicado por Furtado em 1966, apenas dois anos depois do golpe no Brasil e de seu exílio.²⁰ Ela tomou os investimentos que as empresas multinacionais industriais estavam realizando na região desde 1950 como uma “prova” que o Norte não procurava impedir a industrialização da periferia, e defendeu a associação com o império. Essa era uma crítica equivocada, presente no livro sofisticado intelectualmente de Cardoso e Faletto, de 1969, que recebeu o título significativa de *Dependência e Desenvolvimento da América Latina*.

A submissão ao imperialismo não ficou clara para os intelectuais latino-americanos de esquerda, que, indignados com os golpes militares, atraídos pela análise de classes que o livro fazia, e pela defesa da democracia, embarcaram na nova verdade. A CEPAL preferiu não reconhecer que fora criticada e, docemente, se deixou cooptar. O ISEB foi extinto e seus intelectuais, reprimidos. Nos Estados Unidos a teoria da dependência associada foi recebida com entusiasmo, conforme Cardoso comentou com uma certa ironia.²¹ O pensamento cepalino e mais amplamente o desenvolvimentismo clássico entraram em crise – algo que Albert Hirschman reconheceu em um trabalho de 1981.²² Apenas Celso Furtado continuou fiel ao pensamento cepalino e isebiano.²³

A partir dos anos 1970, dois sociólogos marxistas do Norte, Immanuel Wallerstein (1930-2019) e Giovanni Arrighi (1937-2009) contribuíram para a economia política do desenvolvimento com sua “teoria sistema-mundo”. Nesse modelo, construído a partir do conceito de longa duração do historiador francês Fernand Braudel (1902-1986), Wallerstein e Arrighi inseriram o desenvolvimento da periferia no processo mais amplo de desenvolvimento capitalista e divisão do trabalho no plano internacional. A contribuição de Arrighi foi particularmente interessante porque ele desenvolveu uma teoria das fases ou ciclos de desenvolvimento capitalista, e percebeu cedo a emergência da China.²⁴ Ao contrário, porém, do desenvolvimentismo clássico, os dois eram

sociólogos e não formularam uma teoria do desenvolvimento. Depois do colapso da União Soviética, eles argumentaram que não ocorrera o triunfo do liberalismo, mas estava começando a crise final do capitalismo.

Terceira geração

Enquanto os países ricos haviam enfrentado uma crise nos anos 1980, os países latino-americanos entraram na grande crise da dívida externa, quebraram (tornaram-se incapazes de rolar sua dívida), e suas economias estagnaram. Quebraram porque haviam adotado a política de crescimento com endividamento externo e porque em 1979 o Federal Reserve Bank aumentou radicalmente a taxa de juros para combater a estagflação.

Os países do Leste da Ásia, porém, continuavam a experimentar altas taxas de crescimento. Surge, então, uma *terceira geração* de economistas desenvolvimentistas clássicos. Os livros de Chalmers Johnson (1931-2010), Alice Amsden (1943-2012), e Robert H. Wade (1944) mostraram como a política industrial foi importante para esses países se desenvolverem,²⁵ enquanto livros de Eric S. Reinert (1949) e Ha-Joon Chang (1963) mostraram como os países desenvolvidos, desde os anos 1980, passaram a tentar impedir os países da periferia do capitalismo adotassem políticas desenvolvimentistas, adotaram eles próprios essas políticas quando realizaram suas revoluções industriais.²⁶ Jan Kregel (1944), a partir de Hyman Minsky e de sua experiência na UNCTAD, aprofundou a análise das crises financeiras. Gabriel Palma (1947) contribuiu para a análise da desindustrialização prematura, das crises financeiras e da doença holandesa, seus estudos sempre apoiados em pesquisa empírica.

Em torno de 1980, em seguida ao choque dos juros, ocorre a Virada Neoliberal no Norte, inicialmente no Reino Unido e nos EUA. O próprio Norte abandonou suas políticas desenvolvimentistas e passou a usar o Banco Mundial, o FMI, e a WTO para limitar o espaço de políticas dos países periféricos e a pressioná-los a realizarem reformas neoliberais. O Plano Baker, de 1985, e o Consenso de Washington de 1989, foram manifestações dessa pressão. O diagnóstico do Norte era simples. O Estado se transformara no problema, não na solução; a quase-estagnação estaria sendo causada pelo “populismo protecionista” do modelo cepalino de substituição de importações. Isto não era verdade, mas os desenvolvimentistas clássicos não tiveram então uma resposta convincente para essa crítica da ortodoxia liberal. E em torno de 1990 eles se submeteram ao Norte e realizaram as reformas neoliberais: a abertura comercial e a financeira. A ortodoxia liberal garantiu que assim que eles abrissem suas economias voltariam a crescer, mas, sem surpresa, isto não aconteceu e ao contrário do que havia sido prometido economia latino-americana permanece quase-estagnada desde então. Na primeira década do século XXI houve algum crescimento, mas devido a um boom de commodities. E logo a região voltou à sua condição de quase-estagnação.

Surge a teoria novo-desenvolvimentista

No início dos anos 2000 surge a teoria novo-desenvolvimentista – uma teoria econômica e uma economia política. Usa principalmente o método histórico-dedutivo, e a teoria econômica convencional. A teoria econômica convencional é um castelo matemático pendurado no ar. Adotando o método hipotético-dedutivo, ela parte de axiomas como os do *homo economicus*, o modelo do equilíbrio geral e as expectativas racionais e ao invés de usar como critério principal a adequação à realidade, considera verdade o que é logicamente coerente. Não têm, portanto, compromisso com a realidade. Sua teoria e suas propostas de reformas e políticas econômicas da ortodoxia liberal são equivocadas, mera ideologia, e prejudicam o desenvolvimento do país que as adota, seja ele desenvolvido ou em desenvolvimento. Mas a teoria econômica convencional sobrevive nas universidades porque é uma teoria abstrata, expressa sob a forma de modelos matemáticos, porque atende aos interesses dos capitalistas rentistas e dos financistas, e porque atende ao platonismo idealista da academia. Existem, porém, economistas com formação neoclássica que são notáveis, que discutem a realidade econômica com competência porque deixam de lado os pressupostos neoclássicos. Por outro lado, vale observar que surgiu nas universidades um grande número de pesquisadores que realizam pesquisas empíricas sobre temas pontuais sem se apoiar em qualquer teoria econômica; eles usam a econometria ou desenvolvem algoritmos geralmente para avaliar políticas públicas. São pesquisas úteis.

O novo desenvolvimentismo entende que o equilíbrio dos sistemas econômicos e seu desenvolvimento econômico resulta da combinação das duas instituições que coordenam as economias capitalistas: o mercado e o Estado. O mercado é uma instituição insuperável quando se trata de coordenar setores competitivos da economia, mas é incapaz de coordenar os setores monopolísticos e os preços macroeconômicos. Afirma, a partir de uma perspectiva marxista, que o papel do Estado na economia é garantir as condições gerais da acumulação de capital (educação, cuidados de saúde, instituições que garantam o bom funcionamento dos mercados, investimentos na infraestrutura, investimentos em ciência e tecnologia, e um sistema financeiro interno capaz de financiar em moeda nacional os investimentos) para que os empresários inovem investindo. Essas são condições microeconômicas do lado da oferta. Adiciona, a partir da perspectiva keynesiana, que o papel do Estado é conduzir uma política macroeconômica de sustentação da demanda. E, a partir de sua própria visão, afirma que é também papel do Estado realizar uma poupança pública para financiar os investimentos públicos, e conduzir a política macroeconômica, manter certos os preços macroeconômicos, principalmente a taxa de câmbio, e assim garantir que as empresas que adotam a melhor tecnologia tenham acesso à demanda.

Sua teoria microeconômica parte da distinção entre os setores competitivos da economia que o mercado coordena melhor que o Estado, e os setores não competitivos que o Estado deve coordenar.

Sua macroeconomia está baseada na tese que o mercado é incapaz de manter “certos” os cinco preços macroeconômicos e “certas” as duas contas macroeconômicas principais – a conta corrente ou externa e a conta fiscal. Preço certo não significa “determinado pelo mercado”, como supõe a teoria econômica convencional, mas um sistema de preços que garanta o emprego e o crescimento do sistema econômico. O preço macroeconômico mais estratégico é a taxa de câmbio; o preço mais operacional é a taxa de juros; o preço mais importante é a taxa de lucro porque dela dependem o investimento e o crescimento. A inflação é um risco permanente que precisa ser evitado. O objetivo é aumentar os salários ou o padrão de vida da população, mas esse aumento só é sólido quando os cinco preços estão certos.

Preços macroeconômicos deixados por conta do mercado inviabilizam a estabilidade e o crescimento. O nível da taxa de juros em torno do qual o banco central realiza sua política monetária tende a ser alto nesses países – mais alto que a taxa de juros internacional mais o risco país; a taxa de câmbio tende a ser apreciada crônica e ciclicamente; a taxa de salários é deprimida no longo prazo por uma baixa taxa de acumulação de capital e um nível alto de desemprego; a taxa de inflação tende a aumentar quando o sistema econômico deixa de funcionar bem; e a taxa de lucro do setor industrial tende a ser correspondentemente insatisfatória. O Estado, além de garantir as condições da acumulação de capital do lado da oferta, e de adotar uma política macroeconômica keynesiana, deve também procurar sempre adotar uma política macroeconômica ativa para evitar os desacertos de preço macroeconômico.

Para que os preços macroeconômicos permaneçam certos, as duas principais *contas macroeconômicas* devem permanecer equilibradas, mas nos países em desenvolvimento a conta fiscal tende a ser cronicamente deficitária devido ao populismo fiscal, e a conta corrente externa tende a ser deficitária devido ao populismo cambial. A conta fiscal deve, naturalmente, se tornar deficitária quando a economia entra em crise de insuficiência de demanda e o Estado realiza uma política fiscal contracíclica. Já para os déficits em conta-corrente, não há justificativa válida. Ou mais precisamente, apenas nos raros momentos de crescimento acelerado, quando a taxa de substituição da poupança interna pela externa cai, as entradas de capital não aumentam o consumo e desencorajam o investimento.²⁷

Sua análise do desenvolvimento afirma que o investimento público é prejudicado pela dificuldade do Estado de realizar poupança pública, e que o investimento privado é prejudicado pela existência da tendência à valorização de longo prazo da taxa de câmbio, que estimula o consumo enquanto torna não-competitivos os projetos de industrialização que usam a melhor tecnologia.

O novo desenvolvimentismo vem sendo enriquecido por uma quarta geração de economistas desenvolvimentistas. Pertencem a essa geração, entre outros, Nelson Marconi, José Luis Oreiro, Paulo Gala e André Nassif. Os dois primeiros foram meus coautores no livro mais completo já publicado sobre o novo desenvolvimentismo – *Macroeconomia Desenvolvimentista* (2016).²⁸

Paulo Gala foi meu coautor no artigo que faz a crítica completa da política de crescimento com endividamento externo, já citado. André Nassif, além de meu coautor, está escrevendo um livro importante do qual já li vários capítulos, *Quarenta Anos de Estagnação no Brasil*.²⁹

A tendência à sobrevalorização

Nos anos 1950 Prebisch considerou a desvalorização cambial, mas preferiu defender provisoriamente uma política de tarifas de importação. Nos anos 2000, o novo desenvolvimentismo afirmou que os países em desenvolvimento enfrentam uma *tendência à sobrevalorização* da taxa de câmbio. Em consequência, as empresas industriais que usam a melhor tecnologia perdem *acesso* à demanda existente, tanto interna quanto externa.³⁰ A taxa de câmbio é, portanto, um interruptor que liga ou desliga as empresas de seu mercado quando a taxa de câmbio está apreciada no longo prazo. Mesmo nos momentos em que a taxa de câmbio está desvalorizada, como acontece nas crises financeiras, as empresas avaliam seus projetos de investimento considerando a taxa de câmbio valorizada e não investem.

A tendência à sobrevalorização crônica e cíclica da taxa de câmbio que impede o acesso à demanda é causada por uma política habitual equivocada legitimada pela teoria econômica convencional e por um problema estrutural. A política geralmente adotada é a de crescimento com endividamento externo ou déficits em conta-corrente. O problema estrutural, que existe nos países exportadores de commodities, mas é amplamente ignorado, é uma doença holandesa não neutralizada.

A política de crescimento com endividamento externo – com déficits em conta-corrente financiados por entradas de capital - é uma “política do senso comum”; está baseada na crença que é “natural” que países ricos em capital transfiram suas poupanças para os países com escassez de capitais, e na suposição que os capitais que entram no país são usados principalmente para financiar investimentos. Não são, por uma razão empírica, e pela lógica dos mercados. Os recursos externos que resultam dessa política, inclusive o dos investimentos diretos, não financiam o investimento, mas o consumo, porque os déficits em conta-corrente implicam um saldo positivo de entradas de capital no país, um aumento, portanto, da oferta de moeda estrangeira que aprecia a taxa de câmbio e a mantém apreciada enquanto o déficit em conta-corrente for mantido. Em consequência, o poder aquisitivo dos salários e das rendas dos rentistas (juros, aluguéis e dividendos) aumentam artificialmente, enquanto torna os investimentos industriais não competitivos.

A teoria econômica convencional não diz que os déficits em conta-corrente crônicos são uma política legítima dos países em desenvolvimento, mas a simples existência do Banco Mundial e de bancos públicos regionais, como o Banco Interamericano emprestando em moeda estrangeira, pressupõe o apoio a essa política. O conceito de taxa de câmbio de equilíbrio “fundamental” de John Williamson é outra comprovação do que estou afirmando.³¹ Dada a previsão do crescimento do PIB, esse conceito de taxa de câmbio supõe que o país incorra

em déficits em conta-corrente, devendo apenas evitar que esse déficit seja maior do que o crescimento do PIB e, assim, evitar uma crise de balanço de pagamentos.

Ao invés de discutir a política de crescimento com endividamento externo e déficits em conta-corrente, a teoria convencional prefere explicar os déficits em conta-corrente como um problema de “volatilidade” dos fluxos financeiros, como “misalignments” fortuitos decorrentes geralmente de variações nas relações de troca. Essas variações certamente acontecem, mas é impossível entender os déficits crônicos repetidos indefinidamente sem considerar que haja uma política atrás deles.

A segunda causa da tendência à valorização da taxa de câmbio é uma doença holandesa não neutralizada. A doença holandesa é um problema estrutural; é a diferença entre o equilíbrio ocorrente (a taxa de câmbio que equilibra intertemporalmente a conta corrente do país) e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial – aquela necessária para os projetos de investimento na indústria que utilizam a melhor tecnologia existente. A existência dessa diferença é uma falha de mercado maior que torna a taxa de câmbio sobreapreciada no longo prazo não para todos os bens, mas para os bens industriais.³² Em 1982, Corden e Neary publicaram o primeiro modelo de doença holandesa.³³ Foi um modelo pioneiro, mas supôs que essa sobrevalorização só ocorria eventualmente, nos momentos de boom de commodities. Em 2008, Bresser-Pereira publicou o segundo modelo; afirmou que o desequilíbrio era também causado por rendas ricardianas que se mantinham principalmente nos países exportadores de petróleo mesmo que os preços internacionais estivessem normais; salientou a existência de um duplo equilíbrio (o industrial e o corrente); e derivou do próprio modelo a forma de neutralizar essa desvantagem competitiva maior. Esta pode ser um imposto variável sobre as exportações de commodities, mas esse caminho é geralmente inviável do ponto de vista político; a alternativa adotada por todos os países exportadores de commodities que lograram se industrializar foi a política de tarifas elevadas para a importação de bens manufaturados. As tarifas de importação equivalem a uma depreciação cambial direcionada aos bens manufaturados. Essa política foi adotada, por exemplo, pelos Estados Unidos. Só isso explica por que esse país tenha mantido tarifas de importação muito altas até 1939, quando a indústria manufatureira deixara há muito de ser infante. Foi usada também pelo Brasil e por quase todos os países latino-americanos. O grande desenvolvimento industrial da América Latina entre 1950 e 1980 só foi possível graças a elas. No Brasil, a partir de 1967, elas foram completadas com um subsídio à exportação de bens manufaturados cujo resultado foi espantoso; o subsídio neutralizou a doença holandesa em relação às exportações e o país se tornou um grande exportador de manufaturados. Os formuladores de políticas econômicas não conheciam o modelo da doença holandesa, mas sabiam praticamente que para se desenvolver deviam se industrializar, e que sem tarifas elevadas era impossível levar adiante a industrialização. Adotaram assim tarifas de importação – a política industrial mais importante na história do desenvolvimento.

Economia política

A palavra “desenvolvimentismo” tem dois sentidos: ela designa um fenômeno histórico, um estilo e uma ideologia de desenvolvimento e econômico, e para significar uma escola de pensamento econômico, o desenvolvimentismo clássico e o novo desenvolvimentismo. Como fato histórico, significa também uma forma de organização econômica do capitalismo alternativa ao liberalismo econômico. O novo desenvolvimentismo promoveu essa ampliação semântica que nos permite compreender melhor o desenvolvimento do capitalismo e o papel do Estado nesse desenvolvimento. Ou temos um Estado e um capitalismo onde prevalece uma intervenção moderada do Estado na economia e o nacionalismo econômico, ou a rejeição de qualquer intervenção econômica e temos o liberalismo econômico. Todas as revoluções capitalistas aconteceram no quadro do desenvolvimentismo; depois dessa revolução, os períodos de crescimento acelerados aconteceram principalmente no quadro do desenvolvimentismo, não do liberalismo.

A economia política do novo desenvolvimentismo dá um papel central à revolução nacional ou formação do estado-nação e à revolução industrial, as duas somadas significando a revolução capitalista em cada país. Essa é a transformação crucial na história dos povos, porque só a partir daí podem os países se desenvolver no plano econômico, político e social. É uma economia política anti-imperialista que volta a afirmar que o Norte procura impedir a industrialização dos países em desenvolvimento – uma tese que voltou a se confirmar a partir dos anos 1990. Distingue quatro modelos de revolução capitalista: dois modelos centrais e dois modelos periféricos que rejeitaram as pressões e argumentos do Norte: (a) o modelo central original, da Inglaterra e da França; (b) o modelo central retardatário, da Alemanha e dos Estados Unidos, países que realizaram sua revolução nacional com atraso; (c) o modelo periférico independente do Japão e da Coreia do Sul; e (d) o modelo nacional-dependente, do Brasil e do México. Nacional-dependente, um oxímoro, porque as elites latino-americanos são ambivalentes, contraditórias.

As coalizões de classe envolvendo uma burguesia industrial nacional têm um papel fundamental no desenvolvimento econômico. Elas são uma forma de incluir a burguesia industrial na luta pela industrialização e o desenvolvimento. Apenas nos países que realizaram revoluções socialistas, como a União Soviética e a China, a acumulação primitiva e a revolução industrial não foram comandadas pela burguesia, mas pelos tecnoburocratas públicos. Mas uma vez superada a fase dos investimentos na infraestrutura e nas grandes empresas do setor não-competitivo, o Estado mostrou que não tem capacidade de coordenar bem os setores competitivos e as inovações que estão sempre ocorrendo, e caminharam para o capitalismo. Um capitalismo desenvolvimentista que foi especialmente bem-sucedido na China – um país que não tem doença holandesa e rejeitou firmemente a política de crescimento com endividamento externo.

A relação entre os países desenvolvidos do Norte e os países em desenvolvimento do Sul é definida pelo imperialismo dos primeiros, que buscam impedir a industrialização do Sul, e pela dependência dos países em

desenvolvimento. Os países do Leste da Ásia sempre rejeitaram o imperialismo, e esta é uma das razões de seu grande desenvolvimento. Já os países latino-americanos, nos anos 1990 se submeteram às recomendações e pressões do Norte e experimentam desde então a condição de quase-estagnação. Para se desenvolver, os países do Sul precisam superar a dependência e definir informalmente um projeto nacional de desenvolvimento.

Internamente, além da submissão ao imperialismo e ao liberalismo econômico que o Norte propõe, o obstáculo político a uma política econômica novo-desenvolvimentista é o populismo econômico – é o país, ou seu Estado gastarem irresponsavelmente mais do que arrecadam para reeleger os líderes políticos. A política de deficits públicos crônicos é populismo fiscal; conta com o apoio de economistas que denomino “keynesianos vulgares”; a boa política fiscal deve ser contracíclica, e excluídos os períodos de crise, deve garantir uma poupança pública que financie o investimento público. A política de crescimento com endividamento externo que a teoria econômica convencional apoia é populismo cambial. O déficit em conta-corrente é transformado em algo bom, em objetivo da política de desenvolvimento do país.

A política de crescimento com endividamento externo supõe déficit em conta-corrente; a existência de doença holandesa é compatível com um equilíbrio de longo prazo da conta corrente. Quando o país neutraliza a doença holandesa, ele tende a ter superávits em conta-corrente. Se o país que não neutraliza a doença holandesa (sendo, portanto, populista cambial), resolve ainda por cima adotar a política de crescimento com endividamento externo, ele está adicionando a injúria à afronta – o país foi tomado por um populismo ensandecido.

A questão do protecionismo

Depois de 40 anos de quase-estagnação, os países latino-americanos ainda não encontraram o caminho para a retomada do desenvolvimento. Primeiro, no plano da economia política, nos anos 1970, diante da crítica da teoria da dependência associada ao modelo centro-periferia, eles perderam a base política do modelo de substituição de importações; segundo, com Fajnzylber, os intelectuais latino-americanos reconheceram que o argumento da indústria infante já não se aplicava devido à passagem do tempo (era “frívolo”), e adotaram o modelo schumpeteriano do lado da oferta que pouco se distinguia da visão ortodoxa; terceiro, em torno dos anos 1990, diante da Virada Neoliberal do Norte e sua pressão para que os países em desenvolvimento realizassem as reformas liberais, eles abriram suas economias e, assim, deixaram de neutralizar a doença holandesa. O resultado foi quase-estagnação das economias latino-americanos que já dura 40 anos.

A ortodoxia liberal criticou duramente a política de tarifas elevadas desde os anos 1970. Acusou de protecionismo os países latino-americanos que se industrializavam desde 1950. É uma crítica grave, mas nos primeiros anos, equivocada. Originalmente, as tarifas de importação não “premiavam a incompetência”, mas asseguravam às empresas industriais instaladas no país

igualdade de condições na competição com empresas em outros países. O argumento da indústria infante se aplicava ao caso. Mas, com o passar do tempo, o argumento da indústria infante perdia validade. Em 1990, depois de dez anos de crise da dívida externa e estagnação, e depois da crise da teoria desenvolvimentista clássica, os governos latino-americanos cederam à pressão do Norte e abriram suas economias. Passaram então a enfrentar uma grande desvantagem competitiva, se desindustrializaram, e entraram em um regime de longo prazo de quase-estagnação.

O novo desenvolvimentismo tem uma ideia clara de qual devam ser as políticas econômicas para que os países latino-americanos voltem a crescer. Devem adotar as políticas de longo prazo do lado da oferta. Devem garantir uma expectativa de lucros satisfatórios para as empresas e indústrias. Para isso, além de sustentar a demanda interna, devem neutralizar a tendência à valorização crônica da taxa de câmbio e, assim, garantir o acesso das empresas à demanda interna e externa. Deve, portanto, rejeitar a política de crescimento com endividamento externo, e deve neutralizar a doença holandesa com o uso de tarifas de importação e subsídios à exportação de bens manufaturados. Esta neutralização deve ser realizada por uma reforma da lei que regule as tarifas de importação de manufaturados prevendo que essa tarifa será dividida em duas partes: uma tarifa específica e uma tarifa única. A tarifa específica ao produto ou serviço será menor do que aquela que o país pratica hoje, a tarifa única será igual para todos os produtos, e variará de acordo com os preços das commodities exportadas pelo país. Através destas propostas, o novo desenvolvimentismo volta a Keynes e a Prebisch, mas agora com um apoio teórico mais robusto.

Conclusão

Resumindo, a teoria do desenvolvimento econômico foi uma teoria econômica heterodoxa fundada por Schumpeter a partir da crítica do modelo de fluxo circular da teoria econômica convencional. Recebeu um grande impulso com Keynes, e se tornou objeto específico de uma nova escola de pensamento nos anos 1940, o desenvolvimentismo clássico ou *development economics*.

Três gerações de economistas voltados para o desenvolvimento econômico se sucederam então. As três concordaram que o desenvolvimento econômico depende da acumulação de capital com incorporação de progresso técnico que, por sua vez, depende da taxa de lucro esperada menos a taxa de juros. Mas discordaram quanto à forma das empresas contarem com demanda e realizarem uma taxa de lucro satisfatória. A abordagem schumpeteriana defendeu que a inovação, por envolver uma vantagem monopolista, assegurava a demanda ao nível de cada empresa; a abordagem keynesiana argumentou a que taxa esperada de lucro depende da demanda agregada, que tenderia a ser insuficiente; a abordagem latino-americana propôs, a partir de 1949, tarifas de importação para assegurar a demanda e as justificou com o argumento da indústria infante.

Mas a justificação da indústria infante era frágil, porque se esgotava no tempo. Em torno de 1980, o Norte fez a Virada Neoliberal e passou a pressionar o resto do mundo a adotar a teoria econômica convencional e as reformas neoliberais. Nos anos 1980, os países latino-americanos entraram em uma grande crise financeira, a crise da dívida externa, e se fragilizaram. Em torno de 1990, se submeteram ao Norte, fizeram a abertura de suas economias e adotaram as políticas da teoria econômica convencional. Desde então, suas economias permanecem quase-estagnadas, enquanto o desenvolvimentismo clássico entrava em profunda crise. Com o surgimento de uma terceira geração de economistas do desenvolvimento nos mesmos anos 1980, que estudaram a experiência bem-sucedida do Leste da Ásia e defenderam uma política industrial, houve uma esperança de retomada do desenvolvimento, mas essa terceira geração não tinha uma alternativa de estratégia de desenvolvimento e os países latino-americanos permaneceram quase-estagnados mesmo quando governos latino-americanos de esquerda assumiram o governo e tentaram implantar uma política econômica desenvolvimentista.

Foi nesse quadro que, nos anos 2000, surgiu a teoria novo-desenvolvimentista. Ela trouxe uma série de inovações teóricas, inclusive um argumento para se voltar a usar as tarifas de importação como estratégia para assegurar o acesso à demanda: o argumento da doença holandesa.

A teoria desenvolvimentista clássica, com o modelo centro-periferia da CEPAL ou o modelo nacional-desenvolvimentista do ISEB, era uma teoria anti-imperialista, mas ela não tinha um modelo de crítica ao endividamento externo, nem a teoria e a estratégia de neutralização da doença holandesa – as duas causas da tendência à valorização da taxa de câmbio que inviabiliza o investimento privado. Nem tinha uma crítica ao populismo fiscal e a captura do patrimônio público por uma grande variedade de atores econômicos que inviabiliza a poupança pública. O novo desenvolvimentismo conta com essa crítica, essa teoria, e as políticas necessárias. O fracasso da teoria econômica convencional e do neoliberalismo é brutal. Há ainda uma esperança para a América Latina.

Referências

- Amsden, Alice H. (1989) *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*, New York: Oxford University Press. ISBN-13: 978-0195076035
- Arrighi, Giovanni (1994) *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*, London: Verso Books.
- Arrighi, Giovanni (2007) *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*, London: Verso.

- Bhaduri, Amit; Stephen Marglin (1990) "Unemployment and the real wages: the economic basis for contesting political ideologies", *Cambridge Journal of Economics*, 14 (4) December: 375-393. <https://www.jstor.org/stable/23598376>
- Bielschowsky, Ricardo (2009) "Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo", *Revista de la CEPAL* 97, abril: 73-194.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1970) "Dividir ou multiplicar? A distribuição da renda e a recuperação da economia brasileira" [Divide or multiply? Income distribution and the recovery of the Brazilian economy], *Visão*, November 21, 1970. Included in *Development and Crisis in Brazil*, Bolder: Westview Press, 1984: 143-148.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1974) "El nuevo modelo brasileño de desarrollo" [The new Brazilian development model], *Desarrollo Económico* 55 (14) October: 569-588.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2008) "The Dutch Disease and its neutralization: A Ricardian approach", *Brazilian Journal of Political Economy* 28(1): 47-71. doi.org/10.1590/S0101-31572008000100003
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2011) "From the national-bourgeoisie to the dependency interpretation of Latin America", *Latin American Perspectives* 178, 38(3), May: 40-58. <https://doi.org/10.1177/0094582X10391064>.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2015) "The access to demand", *Keynesian Brazilian Review* 1(1) 1º semestre: 35-43. <https://doi.org/10.33834/bkr.v1i1.14>
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2020) "Neutralizing the Dutch disease", *Journal of Post Keynesian Economics* 43:2: 298-316. <https://doi.org/10.1080/01603477.2020.1713004>
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2020) "New Developmentalism: development macroeconomics for middle-income countries", *Cambridge Journal of Economics*, 44: 629–646. <https://doi.org/10.1093/cje/bez063>
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos; José Luis Oreiro; Nelson Marconi (2016) *Macroeconomia Desenvolvimentista*, Rio de Janeiro: Elsevier. ISBN: 978-85 352-6778-5
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Paulo Gala (2008) "Foreign Savings, Insufficiency of Demand, and Low Growth", *Journal of Post Keynesian Economics*, 30(3), Spring 2008: 315-334. <http://dx.doi.org/10.2753/PKE0160-3477300301>.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Fernando Rugitsky (2018) "Industrial policy and exchange rate scepticism?", *Cambridge Journal of Economics*, 42(3), April 2018: 617-632. <https://doi.org/10.1093/cje/bex004>.
- Cardoso, Fernando Henrique (1977) "The consumption of the dependency theory in the United States", *Latin America Research Review* 12(3): 7-24.
- Cardoso, Fernando Henrique e Enzo Faletto (1969) *Dependencia y Desarrollo en América Latina*, México: Siglo Veintiuno Editores.
- Chang, Ha-Joon (2002) *Kicking Away the Ladder*, London: Anthem Press.
- Chenery, Hollis e Michael Bruno (1962) "Development alternatives in an open economy: The case of Israel", *Economic Journal* 72(285), March: 79-103.
- Fajnzylber, Fernando (1983) *La Industrialización Trunca de América Latina*, Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y Caribe. <http://hdl.handle.net/11362/43130>
- Frank, Andre Gunder (1966) "The development of underdevelopment", *Monthly Review* 18(4) 1966: 17–31. http://dx.doi.org/10.14452/MR-018-04-1966-08_3

- Frank, Andre Gunder (1969) *Capitalism and Development in Latin America*, New York, Monthly Review Press.
- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. ISBN-10: 8578660196
- Furtado, Celso (1966) *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Hirschman, Albert O. (1981) "The rise and decline of development economics", in *Essays in Trespassing*, New York: Cambridge University Press: 1-24. ISBN 0 521 28243 8
- Jaguaribe, Hélio (1956) "O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional", São Paulo: FIESP – Fórum Roberto Simonsen, 1956. Conferência pronunciada em 11 de maio de 1956.
- Jaguaribe, Hélio (1962) *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Johnson, Chalmers (1982) *MITI and the Japanese Miracle*, Stanford: Stanford University Press.
- Kaldor, Nicholas (1966) *Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom: An Inaugural Lecture*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Keynes, John Maynard (1936) *The General Theory of Employment, Interest and Money*, London: Macmillan.
- Marini, Ruy Mauro (1969) *Subdesarrollo y Revolución*. México: Siglo XXI.
- Marini, Ruy Mauro (1973) *Dialéctica de la Dependencia* [Dialectics of Dependency]. México: Ediciones Era.
- Nurkse, Ragnar (1953) *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*, Oxford: Basil Blackwell.
- Prebisch, Raúl (1949 [1950]) *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems*, New York: United Nations, Dept. of Economic Affairs. Original Spanish publication, 1949.
- Rangel, Ignácio M. (1957) *A Dualidade Básica da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro: ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- Rangel, Ignácio M. (1960) *Elementos de Economia do Projeto*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960.
- Reinert, Erik S. and Sophus A. Reinert (2005 [2011]) "Mercantilism and Economic Development: Schumpeterian Dynamics, Institution Building, and International Benchmarking", OIKOS | Rio de Janeiro | Volume 10, n. 1 • 2011 | www.revistaoidos.org | pgs 8-37. Original publication, 2005.
- Reinert, Erik S. (2007) *How Rich Countries got Rich... and Why Poor Countries Stay Poor*, New York: Carroll & Craf.
- Schumpeter, Joseph A. (1911 [1961]) *Theory of Economic Development*, Oxford: Oxford University Press, 1961. Original publication in German, 2011. ISBN-10: 0195004612.
- Singer, Hans (1950) "The distribution of gains between investing and borrowing countries", *American Economic Review* 40, May 1950; 473-85.
- Steuart, James (1767) *An Inquiry into the Principles of Political Economy*. London: A. Millar & T. Cadell.

Thirlwall, Anthony P. (1979) “The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences”, *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review* 128: 45-53.

Thirlwall, Anthony P. and M. Nureldin Hussain (1982) “The balance of payments constraint, capital flows and growth rates differences between developing countries”, *Oxford Economic Papers* 34(3) November: 498-510. <https://www.jstor.org/stable/2662591>

Wade, Robert (1990) *Governing the Market*, Princeton: Princeton University Press. ISBN-10: 0691117292.

Williamson, John (1994) “Estimates of FEER”, in John Williamson, ed. (1994) *Estimating Equilibrium Exchange Rates*, Washington: Institute for International Economics.

¹ Entre eles, cito o italiano, Antonio Serra (século XVI), o inglês, James Stewart (1712-1780), e o americano, Alexander Hamilton (1755-1804). Ver Reinert and Reinert (2005).

² Rosenstein-Rodan (1943); Hirschman (1957).

³ Prebisch (1949); Singer (1950). Eles formularam o modelo da deterioração das relações de troca.

⁴ Kaldor (1968).

⁵ Nurkse (1953).

⁶ Lewis (1943).

⁷ Ver o paper que escrevi com Fernando Rugitsky (2018) sobre o pensamento de Prebisch em relação à taxa de câmbio.

⁸ Bresser-Pereira (1970; 1972).

⁹ Chenery e Bruno (1962).

¹⁰ Furtado (1961).

¹¹ Thirlwall (1979).

¹² Isto foi anunciado por Paul Davidson, o principal economista pós-keynesiano da época, em uma das reuniões bianuais que ele comandava em Knoxville, Tennessee, nos anos 1990.

¹³ Thirlwall e Hussain (1982).

¹⁴ Em 1987, ao assumir o Ministério da Fazenda do Brasil e saber que a tarifa média de importação de manufaturados era 45 por cento, um subsídio do mesmo valor existindo desde 1967 para a exportação de manufaturados, eu tive uma reação semelhante. Entendi que estávamos diante de um protecionismo inaceitável, e iniciei o processo de abertura comercial, que ocorreu em 1990.

¹⁵ Bielschowsky (2009).

¹⁶ O ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, foi um grupo de intelectuais nacionalistas que nos anos 1950 pensaram o problema do desenvolvimento, construíram o modelo nacional-desenvolvimentista. Foi dissolvido, em 1964, pelo governo autoritário que então chega ao poder.

¹⁷ Rangel (1957; 1960); Jaguaribe (1956; 1962).

-
- ¹⁸ Gunder Frank (1966; 1969).
- ¹⁹ Marini (1969; 1973).
- ²⁰ Cardoso e Faletto (1969).
- ²¹ Cardoso (1977).
- ²² Hirschman (1981).
- ²³ Bresser-Pereira fez a crítica de teoria da dependência associada (Bresser-Pereira 2011).
- ²⁴ Arrighi (1994; 2007).
- ²⁵ Johnson (1982); Amsden (1989); Wade (1990)
- ²⁶ Reinert (2007); Chang (2002).
- ²⁷ Bresser-Pereira e Gala (2008).
- ²⁸ Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016).
- ²⁹ Há muitos outros economista novo-desenvolvimentistas que fazem da quarta geração, não apenas no Brasil, mas também na Argentina, no México, na Colômbia. Cito aqui apenas Eliane C. Araújo, Carmem Feijó, Matías Vernengo, e Esteban Pérez Caldentey.
- ³⁰ Meu paper mais completo resumindo o novo desenvolvimentista é Bresser-Pereira (2020).
- ³¹ Williamson (1994).
- ³² Mais tecnicamente, para os bens e serviços tradable non-commodity.
- ³³ Corden e Neary (1982).